

**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas

RELATÓRIO CONTÁBIL

**2º TRIMESTRE
DE 2025**

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

CARLOS GUEDES DE LACERDA
Reitor

HEVERTON LIMA DE ANDRADE
Pró-Reitor de Administração

MAURÍCIO FERREIRA MENEZES
Diretor de Orçamento e Finanças

FABIANNA D. LINS CAVALCANTE
Departamento de Contabilidade e Finanças

Informações:

Telefone (82) 3194-1150

Correio eletrônico: dcf@ifal.edu.br

Disponível em: \url{https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade}

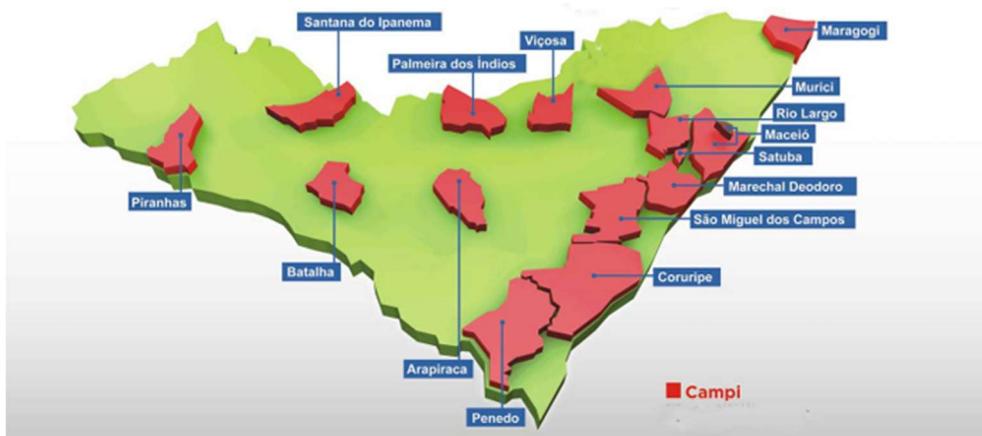
Sumário

1.	Estrutura Organizacional do IFAL	4
2.	Base das Demonstrações Contábeis.....	7
3.	Principais práticas e critérios contábeis.....	9
4.	Declaração do Contador.....	14
5.	Demostrações Contábeis	17
6.	Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	24
7.	Notas Explicativas da DVP	37
8.	Notas Explicativas do Balanço Orçamentário	40

1. Estrutura Organizacional do IFAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), criado por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a unificação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por meio da Resolução nr. 11 do Conselho Superior do IFAL, de 22/09/2009, publicada no DOU 25/10/2009 alterada pela Resolução nr. 03 do Conselho Superior do IFAL, de 25 de março de 2019 publicada no DOU em 02/04/2019, que trata do Estatuto com a relação de todas as Unidades pertencentes ao IFAL, incluindo a Reitoria, nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Penedo, Piranhas, Arapiraca, Maceió, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Satuba, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha e 01 campus Avançado Maceió Benedito Bentes. A Reitoria do IFAL está sediada na Rua Odilon de Vasconcelos, nr. 103, no bairro da Jatiúca, na cidade de Maceió – Alagoas, CEP: 57035-660.



Abaixo apresentamos tabela com a identificação das Unidades, com sua respectiva Unidade Gestora e CNPJ.

UNIDADE	UNIDADE GESTORA	CNPJ
Arapiraca	152805	10.825.373/0011-27
Batalha	156660	10.825.373/0016-31
Coruripe	156655	10.825.373/0013-99
Maceió	158381	10.825.373/0003-17
Maragogi	152815	10.825.373/0012-08
Marechal Deodoro	158380	10.825.373/0002-36
Murici	152803	10.825.373/0009-02
Palmeira dos Índios	158383	10.825.373/0005-89
Penedo	152800	10.825.373/0006-60
Piranhas	152802	10.825.373/0008-21
Reitoria	158147	10.825.373/0001-55
Rio Largo	156657	10.825.373/0015-50
Santana do Ipanema	152801	10.825.373/0007-40
São Miguel dos Campos	152804	10.825.373/0010-46
Satuba	158382	10.825.373/0004-06
Viçosa	156656	10.825.373/0014-70

A Reitoria do IFAL está situada na Rua Odilon de Vasconcelos, 103 no bairro da Jatiúca, Maceió.

Na Reitoria existe o Departamento de Contabilidade e Finanças, o qual atua como Setorial Contábil de Órgão, conforme Decreto n.º 6.976/2009 e a Coordenação de Finanças como subordinada.

Nas Unidades de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Maceió, a área responsável pela parte contábil é o Departamento de Orçamento e Finanças e nas demais unidades existe uma Coordenação de Contabilidade e Finanças.

Abaixo relacionamos as Unidades do Ifal com os respectivos contabilistas responsáveis pela conformidade contábil.

UNIDADE	CONTADOR(A) RESPONSÁVEL	
Arapiraca	Juliana Maria S. Pereira	CRC/AL 007510/O-8
Batalha	Claudio José da Silva Dias	CRC/AL 008063/O
Coruripe	Adriano Fonseca da Silva	CRC/SE 07408/O-9 T -AL
Maceió	Tiago Rodrigues T. Leite	CRC/AL 007791/O-7
Maragogi	Marlon Oliveira Pereira	CRC/DF 023755/O
Marechal Deodoro	Natasha Navarro Pedrosa	CRC/AL 007097/O
Murici	Antônio de Pádua de A. Monteiro	CRC/AL 005256/O
Palmeira dos Índios	Renata Santana Vieira	CRC/AL 005276/O-4
Penedo	Carlos Eduardo M. Oliveira	CRC/SE 005681/O-0 T-AL
Piranhas	Daniel A. Martiliano da Silva	CRC/PI-010305/O T-AL
Reitoria	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Rio Largo	Rosa Maria Santos	CRC/AL 4597/O-6
Santana do Ipanema	Janieide Domingos da Silva	CRC/AL 008434/O-9
São Miguel dos Campos	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Satuba	Eliene Veríssimo da Silva	CRC/AL 005396/O
Viçosa	Maria Patrícia F. da Silva	CRC/AL 007857/O-0

2. Base das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC - TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC – TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam as contas das Unidades Gestoras do Instituto Federal de Alagoas.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e compõem:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. Principais práticas e critérios contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, e consequentemente no IFAL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias em almoxarifado, para manutenção da Instituição. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis

que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- empréstimos e financiamentos;
- fornecedores e contas a pagar;
- obrigações fiscais;

- obrigações de repartições a outros entes;
- provisões; e
- demais obrigações.

k. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- Patrimonial
- Orçamentário
- Financeiro

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

I. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº

4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

m. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n. Restos a Pagar

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. Referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4. Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas referente ao 2º trimestre de 2025, do Instituto Federal de Alagoas, Órgão 26402.

Atualmente o Instituto Federal de Alagoas possui 15 campi, 01 campus Avançado e a Reitoria.

A conformidade contábil de Órgão é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade contábil, presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas) consolidadas do Ifal, tendo como base todas as suas Unidades Gestoras.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do Órgão, é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, de acordo com todos os aspectos relevantes, conforme a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI 020315.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações contantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, **exceto** quanto aos assuntos mencionados a seguir:

a. Ativo Imobilizado – Bens Móveis

O valor dos bens móveis evidenciados nas demonstrações contábeis não refletem fidedignamente o patrimônio do Ifal, devido a não conclusão dos inventários patrimoniais de todas as Unidades, com exceção da Reitoria e campus Viçosa.

b. Ausência de depreciação dos bens móveis

Aguardando a conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades,

para então iniciar os procedimentos de depreciação.

c. Ausência de amortização dos intangíveis

O sistema de controle patrimonial utilizado atualmente, o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC não efetua o registro e nem a amortização dos intangíveis. O controle é realizado por meio de planilha gerenciada pela área de Patrimônio.

d. Saldos contábeis da conta de Estoque não conferem com o Relatório de Mensal de Almoxarifado - RMA

Devido a inconsistências nas unidades de Piranhas, Murici, Satuba e Coruripe, ocasionado valoSão Miguel dos Campos, Maragogi, Satuba e Coruripe. As quais foram notificadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças para efetuar as análises e lançamentos devidos. No campus Satuba a restrição é devido a processo de penalidades aplicadas aos fornecedores e que estão em trâmite.

e. Saldo incompatível apresentado em créditos a curto prazo decorrente de valores advindos principalmente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL

Trata de valores apresentados no campus Maceió, e que estão em processo de análise, por meio dos processos administrativos 23041.014868/2021-49 e 23041.016299/2021-76.

Na Reitoria, os saldos alongados tratam de TEDs e pagamentos a fornecedores de forma antecipada, os quais estamos trabalhando na análise da prestação de contas.

f. Saldo das obrigações contratuais não condizem com a realidade

O Departamento de Contabilidade e Finanças enviou notificação para as Unidades Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Maragogi, Marechal Deodoro, Satuba, Palmeira dos Índios e Batalha solicitando análise e lançamentos devidos por existir saldos alongados

g. Saldo incompatível com a realidade referente aos Termos de Execução Descentralizada

Devido a ausência da baixa contábil de alguns TEDs que foram comprovados, no entanto, ainda estamos aguardando que as Unidades de origem efetuem a análise da documentação encaminhada e proceda com a devida baixa contábil.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Fabianna Domingues Lins Cavalcante
CRC/AL 006314/O-1
Chefe de Departamento de Contabilidade e Finanças

5. Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ifal são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades Ministério da Economia administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis do Ifal estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Notas Explicativas.



BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE DE 2025

ATIVO	NE	Valores em unidade de Real		
		2025	NE	2024
Ativo Circulante		52.712.416,89		54.361.235,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>6.1</u>	40.383.362,06		42.755.909,12
Créditos a Curto Prazo	<u>6.2</u>	7.698.452,49		6.794.000,28
Estoques	<u>6.3</u>	4.392.190,84		4.776.442,27
VPDs Pagas Antecipadamente		238.411,50		34.883,40
Ativo Não Circulante		662.155.090,18		655.496.697,42
Imobilizado	<u>6.4</u>	660.886.605,11		654.228.212,35
Bens Móveis		157.126.776,39		153.816.313,04
Bens Móveis		157.494.112,59		154.183.649,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão				
Acum. de Bens Móveis		-183.668,10		-183.668,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de				
Bens Móveis		-183.668,10		-183.668,10
Bens Imóveis		503.759.828,72		500.411.899,31
Bens Imóveis		504.332.731,03		500.897.464,59
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum.				
de Bens Imóveis		-572.902,31		-485.565,28
Intangível	<u>6.5</u>	1.268.485,07		1.268.485,07
Softwares		1.268.485,07		1.268.485,07
TOTAL DO ATIVO		714.867.507,07		709.857.932,49
PASSIVO	NE	2025	NE	2024
Passivo Circulante		122.207.252,77		114.928.781,18
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a				
Curto Prazo		39.721.718,13		29.708.223,50
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto				
Prazo	<u>6.6.</u>	2.230.571,89		2.001.345,09
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		6.621,97		0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>6.7</u>	80.248.340,78		83.219.212,59
Passivo Não Circulante		130.867,78		130.867,78
Demais Obrigações a Longo Prazo		130.867,78		130.867,78
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		122.338.120,55		115.059.648,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE		NE	
Demais Reservas		293.752.553,33		293.752.553,33
Resultados Acumulados		298.776.833,19		301.045.730,20
Resultado do Exercício		-2.048.779,64		5.047.436,10
Resultados de Exercícios Anteriores		301.045.730,20		307.191.619,37
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>6.8</u>	-220.117,37		-11.193.325,27
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		592.529.386,52		594.798.283,53
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		714.867.507,07		709.857.932,49



BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE DE 2025

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Valores em unidade de Real

ATIVO	NE	2025	NE	2024
Ativo Financeiro		40.383.362,06		42.755.909,12
Ativo Permanente		674.484.145,01		667.102.023,37
PASSIVO	NE	2025	NE	2024
Passivo Financeiro		326.952.187,65		85.418.426,59
Passivo Permanente		73.305.153,84		73.027.049,63
SALDO PATRIMONIAL		314.610.165,58		551.412.456,27

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Valores em unidade de Real

ATIVO	NE	2025	NE	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		117.929.986,91		134.918.879,03
Atos Potenciais Ativos		117.929.986,91		134.918.879,03
Garantias e Contragarantias Recebidas		10.216.996,06		10.734.208,49
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos				
Congêneres		107.462.243,69		123.267.388,13
Direitos Contratuais		250.747,16		917.282,41
PASSIVO	NE	2025	NE	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		135.475.412,77		142.382.503,96
Atos Potenciais Passivos		135.475.412,77		142.382.503,96
Obrigações Conveniadas e Outros				
Instrumentos Congêneres		1.319.087,19		1.708.545,72
Obrigações Contratuais	<u>6.9</u>	134.156.325,58		140.673.958,24

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em unidade de Real

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-288.179.589,37
Recursos Vinculados	1.610.763,78
Educação	-2.255.110,26
Previdência Social (RPPS)	0,00
Dívida Pública	-318.552,85
Fundos, Órgãos e Programas	4.184.426,89
TOTAL	-286.568.825,59



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
2º TRIMESTRE DE 2025

	NE	2025	2024	Valores em unidade de Real
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.1	306.523.894,65	278.723.151,05	
Contribuições		-	101.477,42	
Contribuições Sociais		-	101.477,42	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		346.205,62	364.574,06	
Venda de Mercadorias		18.054,00	19.972,50	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		328.151,62	344.601,56	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		241.484,34	346.317,57	
Juros e Encargos de Mora		2.106,18	61,12	
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras		239.378,16	346.256,45	
Transferências e Delegações Recebidas		289.997.252,68	272.985.755,76	
Transferências Intragovernamentais		287.584.226,54	268.213.044,78	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.413.026,14	4.772.710,98	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos		14.755.839,32	4.641.280,21	
Ganhos com Incorporação de Ativos		389.458,53	0,01	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		14.366.380,79	4.641.280,20	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.183.112,69	283.746,03	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		985.601,29	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		197.511,40	283.746,03	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.2	308.572.674,29	278.642.448,39	
Pessoal e Encargos		229.282.324,91	199.000.511,47	
Remuneração a Pessoal		180.298.472,34	156.845.319,63	
Encargos Patronais		34.265.590,07	29.481.832,63	
Benefícios a Pessoal		14.356.471,05	12.198.934,57	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		361.791,45	474.424,64	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.465.898,69	127.437,78	
Aposentadorias e Reformas		201.010,54	90.221,22	
Pensões		33.742,32	33.742,32	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.231.145,83	3.474,24	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		30.985.049,80	25.646.479,15	
Uso de Material de Consumo		2.955.640,62	2.691.910,51	
Serviços		27.942.072,15	22.886.235,14	
Depreciação, Amortização e Exaustão		87.337,03	68.333,50	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		50.619,40	29.601,69	
Juros e Encargos de Mora		44.541,39	18.849,01	
Descontos Financeiros Concedidos		6.078,01	10.752,68	
Transferências e Delegações Concedidas		32.394.382,63	33.708.394,50	
Transferências Intragovernamentais		30.058.026,10	29.441.870,79	
Transferências a Instituições Privadas		0,00	99.865,74	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.336.356,53	4.166.657,97	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		8.708.365,14	14.695.803,47	
Perdas Involuntárias		1.660,59	4.518,59	
Incorporação de Passivos		8.136.527,06	11.957.247,59	
Desincorporação de Ativos		570.177,49	2.734.037,29	
Tributárias		57.242,35	62.148,65	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14.045,84	9.102,47	
Contribuições		43.196,51	53.046,18	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.628.791,37	5.372.071,68	
Incentivos		4.919.354,26	3.635.672,15	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		709.437,11	1.736.399,53	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	2.048.779,64	80.702,66	

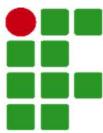


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério da Educação
 Instituto Federal de Alagoas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
2º TRIMESTRE DE 2025

Valores em unidade de Real

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receita Patrimonial	953.474,00	953.474,00	377.663,23	-575.810,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	345.102,00	345.102,00	139.906,84	-205.195,16
Valores Mobiliários	608.372,00	608.372,00	237.756,39	-370.615,61
Receita Agropecuária	153.090,00	153.090,00	18.054,00	-135.036,00
Receitas de Serviços	1.468.666,00	1.468.666,00	141.131,43	-1.327.534,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.468.666,00	1.468.666,00	141.131,43	27.080,87
Outras Receitas Correntes			123.492,96	123.492,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			1.357,69	1.357,69
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			122.073,27	122.073,27
Demais Receitas Correntes			62,00	62,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.052.005,00	1.052.005,00	985.601,29	66.403,71
Alienação de Bens	1.052.005,00	1.052.005,00	985.601,29	-66.403,71
Alienação de Bens Móveis	1.052.005,00	1.052.005,00	985.601,29	-66.403,71
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.627.235,00	3.627.235,00	1.645.942,91	1.645.942,91
DEFICIT			502.041.951,34	502.041.951,34
TOTAL	3.627.235,00	3.627.235,00	503.687.894,25	500.060.659,25
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	24.336.463,00	0,00	-24.336.463,00
Créditos Cancelados	-	24.336.463,00	-	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Instituto Federal de Alagoas

Valores em unidade de Real

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	512.501.873,00	543.188.336,00	500.576.807,02	249.080.747,82	201.192.327,61	42.611.528,98
Pessoal e Encargos Sociais	409.348.393,00	432.143.184,00	432.139.348,73	208.751.433,56	165.853.091,28	3.835,27
Outras Despesas Correntes	103.153.480,00	111.045.152,00	68.437.458,29	40.329.314,26	35.339.236,33	42.607.693,71
DESPESAS DE CAPITAL	29.859.658,00	23.509.658,00	3.111.087,23	754.696,07	313.138,30	20.398.570,77
Investimentos	29.859.658,00	23.509.658,00	3.111.087,23	754.696,07	313.138,30	20.398.570,77
SUBTOTAL DAS DESPESAS	542.361.531,00	566.697.994,00	503.687.894,25	249.835.443,89	200.879.189,31	63.010.099,75
TOTAL	542.361.531,00	566.697.994,00	503.687.894,25	249.835.443,89	200.879.189,31	63.010.099,75

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.501.620,24	16.736.968,28	12.381.199,32	12.104.399,49	401.071,57	8.733.117,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	326.258,39	17.599,17	17.599,17	-	308.659,22
Outras Despesas Correntes	4.501.620,24	16.410.709,89	12.363.600,15	12.086.800,32	401.071,57	8.424.458,24
DESPESAS DE CAPITAL	1.765.456,44	20.415.473,21	6.506.141,39	6.401.691,81	22.725,81	15.756.512,03
Investimentos	1.765.456,44	20.415.473,21	6.506.141,39	6.401.691,81	22.725,81	15.756.512,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.267.076,68	37.152.441,49	18.887.340,71	18.506.091,30	423.797,38	24.489.629,49

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	70.189,25	40.641.140,98	40.608.345,59	70.813,69	32.170,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	35.840.138,45	35.829.756,88		10.381,57
Outras Despesas Correntes	70.189,25	4.801.002,53	4.778.588,71	70.813,69	21.789,38
DESPESAS DE CAPITAL	1.004,70	1.082.844,06	1.082.844,06	0,00	1.004,70
Investimentos	1.004,70	1.082.844,06	1.082.844,06	0,00	1.004,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS	71.193,95	41.723.985,04	41.691.189,65	70.813,69	33.175,65



BALANÇO FINANCEIRO
2º TRIMESTRE DE 2025

Valores em unidade de Real

INGRESSOS	2025	2024
Receitas Orçamentárias	1.645.942,91	910.184,72
Vinculadas	1.704.445,30	924.287,40
Educação	121.928,72	203.094,99
Fundos, Órgãos e Programas	1.582.167,94	721.192,41
Recursos Não Classificados	348,64	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-58.502,39	14.102,68
Transferências Financeiras Recebidas	287.584.226,54	268.213.044,78
Resultantes da Execução Orçamentária	242.725.627,82	215.551.665,58
Ressasse Recebido	232.109.680,22	208.740.386,59
Sub-repasso Recebido	10.615.947,60	6.811.278,99
Independentes da Execução Orçamentária	44.858.598,72	52.661.379,20
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	37.169.425,77	46.352.274,23
Demais Transferências Recebidas	-	209,80
Movimentação de Saldos Patrimoniais	7.689.172,95	6.308.895,17
Recebimentos Extraorçamentários	302.533.898,66	268.771.204,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	48.329.977,98	31.507.413,69
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	253.852.450,36	236.743.471,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	166.018,17	408.653,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	185.452,15	111.666,23
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	69.888,50	43.792,46
Arrecadação de Outra Unidade	114.831,71	67.873,77
Demais Recebimentos	731,94	-
Saldo do Exercício Anterior	42.755.909,12	43.704.560,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.755.909,12	43.704.560,37
TOTAL	634.519.977,23	581.598.994,19
DISPÊNDIOS	2025	2024
Despesas Orçamentárias	503.687.894,25	451.951.290,31
Ordinárias	502.329.123,61	451.661.368,88
Vinculadas	1.358.770,64	289.921,43
Educação	369.445,35	-
Fundos, Órgãos e Programas	989.325,29	289.921,43
Transferências Financeiras Concedidas	30.058.026,10	29.441.870,79
Resultantes da Execução Orçamentária	11.018.664,21	6.884.636,22
Ressasse Concedido	402.716,61	8.307,15
Sub-repasso Concedido	10.615.947,60	6.811.278,99
Ressasse Devolvido	-	65.050,08
Independentes da Execução Orçamentária	19.039.361,89	22.557.234,57
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.801.824,15	22.283.265,81
Demais Transferências Concedidas	672.312,14	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	565.225,60	273.968,76
Pagamentos Extraorçamentários	60.390.694,82	65.186.207,80
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	41.691.189,65	40.288.227,75
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.506.091,30	24.486.097,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	193.413,87	411.883,05
Saldo para o Exercício Seguinte	40.383.362,06	35.019.625,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.383.362,06	35.019.625,29
TOTAL	634.519.977,23	581.598.994,19

6. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, previsto na Lei n.º 4.320/64, destina-se a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, por meio de contas representativas do patrimônio, bem como os atos potenciais, os quais são evidenciados nas contas de compensação (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

De acordo com a Portaria STN n.º 438/2012, as demonstrações contábeis contidas na Lei n.º 4.320/64, foram modificadas para atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro de Compensações; e
- Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

As notas explicativas apresentadas abaixo, tratam dos itens mais relevantes após análise horizontal e vertical comparando os exercícios de 2023 e 2024.

6.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo dessa conta no período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispêndio) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa, representa 6% (seis por cento) do valor total do ativo e 77% (setenta e sete por cento) do total do Ativo Circulante no 2º trimestre de 2025. Apresenta o valor dos recursos financeiros em conta única, disponíveis para uso imediato. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme

Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

No Ifal a conta Caixa e Equivalente de Caixa está disposta, conforme abaixo:

	2025	2024	AH	AV
Limite de saque c/ vinculação de pgto - OFSS	3.191.250,17	3.209.346,81	-1%	8%
Limite de saque c/ vinculação de pgto - Ordem de Pagamento - OFSS	30.933.561,34	33.509.845,08	-8%	77%
Demais Contas - Banco do Brasil	18.564,25	18.564,25	0%	0%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	127.380,17	143.303,24	-11%	0%
CTU - Recursos da conta única aplicação	6.101.298,48	5.863.542,09	4%	15%
Garantias	11.307,65	11.307,65	0%	0%
	40.383.362,06	42.755.909,12		100%

Fonte: SIAFI

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, trata de valores comprometidos os quais serão compensados no primeiro dia útil do mês seguinte.

As contas “Demais contas – Banco do Brasil” e “Demais contas - Caixa Econômica Federal” e "Garantias", compreende os valores relativos aos depósitos de cauções recebidas por garantia de contrato.O valor total apresentado nas três contas, estão representadas nas contas contábeis do passivo 218810402 – Depósitos e Cauções Recebidos, 218810406 - Depósitos Retidos de Fornecedores e 228810402 - Depósitos e Cauções Recebidos.

O valor apresentado na conta “CTU – Recursos da Conta Única Aplicada”, refere-se aos saldos dos valores recebidos dos convênios firmados com o Governo do Estado de Alagoas, para construção dos campi Batalha, Santana do Ipanema e Rio Largo.

6.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, e representa 1% (um por cento) do valor total do ativo. Incluem os adiantamentos concedidos relacionados a folha de pagamento, adiantamentos a

prestadores de serviços e a fornecedores e os créditos a receber. Estão dispostos, conforme abaixo:

	2025	2024	AH	AV
Adiantamento concedido a pessoal	4.690.134,08	4.526.883,58	4%	61%
Adiantamento Concedido - Suprimento de Fundos	169.610,43	-		2%
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	851.728,80	851.728,80	0%	11%
Adiantamento a Fornecedores	1.000.000,00	1.000.000,00	0%	13%
Créditos a receber por cessão de pessoal	6.998,02	-		0%
Créditos a receber por cessão de pessoal - Município	103.443,30	-		1%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	796.037,07	406.578,54	96%	10%
Remuneração recursos Aplicados na CTU	10.431,13	8.809,36	18%	0,1%
Créditos a receber por cessão de pessoal - Estado	70.069,66	-		0,9%
	7.698.452,49	6.794.000,28		100%

Fonte: SIAFI

Do valor total da conta de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, conforme análise vertical, tem-se que sua maior representação trata de verbas remuneratórias dos servidores ativos no total de 61% sessenta e um por cento).

6.3. Estoques

Os valores apresentados na conta de Estoques, tratam de materiais ou suprimentos adquiridos para o consumo interno das Unidades do Ifal, empregados na prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão, bem como das atividades meio.

O valor do estoque representa 1% (um por cento) do valor total do ativo. Apresenta uma redução de 8% (oito por cento) no valor total do estoque quando comparado ao exercício 2024, podendo-se atribuir essa redução devido a mudança no método de aquisição dos materiais de consumo, os quais passaram a ser adquiridos por meio do almoxarifado virtual.

Conforme a análise efetuada dos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado – RMA em comparação ao saldo contábil da conta de Estoques, no mês de dezembro de

2024, apenas os campi Piranhas, Murici, Satuba e Coruripe, não estão com seus saldos compatíveis.

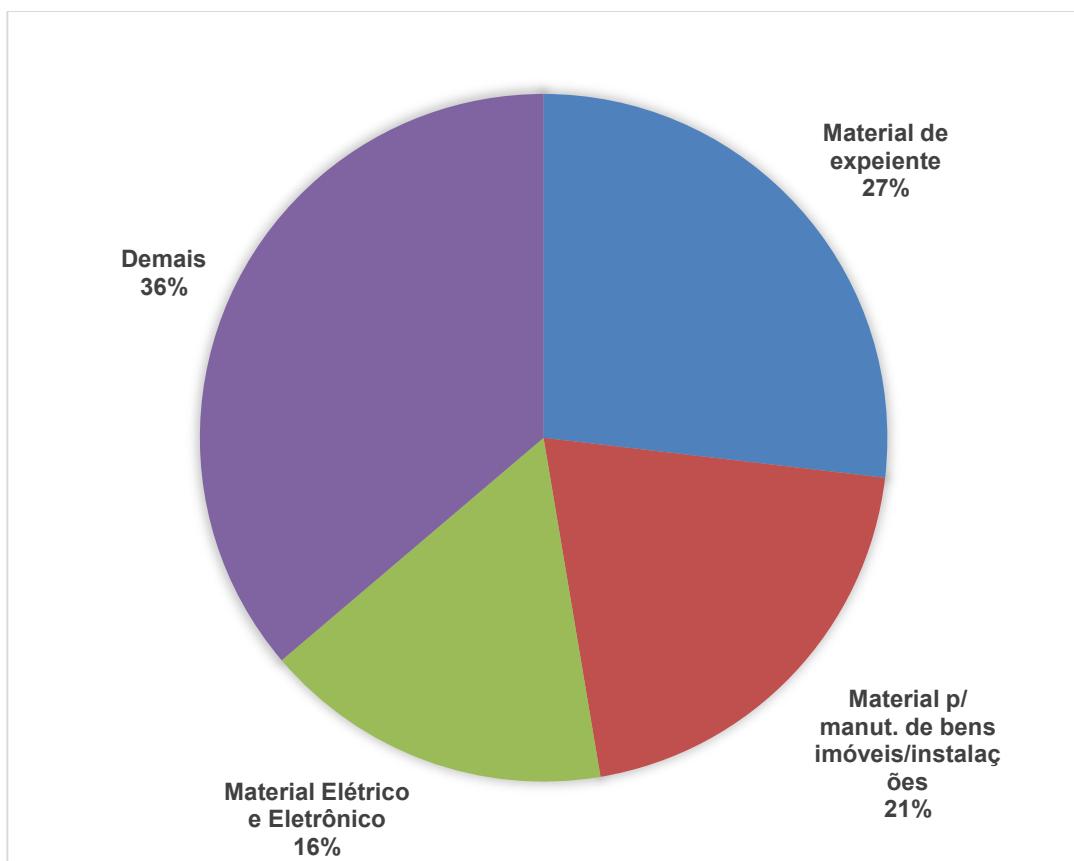
O saldo atual da conta de Estoque é de R\$ 4.392.190,84 (quatro milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e noventa reais e oitenta e quatro centavos), estando representado por campus, conforme abaixo:

	2025	AV
Penedo	67.751,50	2%
Santana do Ipanema	211.689,31	5%
Piranhas	528.062,90	12%
Murici	133.435,30	3%
São Miguel dos Campos	58.300,27	1%
Arapiraca	180.833,84	4%
Maragogi	257.566,82	6%
Reitoria	123.932,51	3%
Marechal Deodoro	162.685,52	4%
Maceió	959.745,72	22%
Satuba	281.092,90	6%
Palmeira dos Índios	203.709,65	5%
Coruripe	246.650,36	6%
Viçosa	857.851,57	20%
Rio Largo	34.462,14	1%
Batalha	84.420,53	2%
	4.392.190,84	100%

Fonte: SIAFI

Destaca-se que as unidades Maceió, Viçosa e Piranhas, possuem o maior volume de estoques com respectivamente, 22% (vinte e dois por cento), 20% (vinte por cento) e 12% (doze por cento), conforme análise vertical.

Os tipos de materiais estocados em todo o Ifal, estão representados abaixo:



6.4 Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Representa 93% (noventa e três por cento) do total do grupo do Ativo. Sendo 22% (vinte e dois por cento) de bens móveis e 71% (setenta e um por cento) de bens imóveis.

Bens Móveis

A composição dos bens móveis no segundo trimestre de 2025, apresentou o saldo de R\$ 157.126.776,39 (cento e cinquenta e sete milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), após a depreciação. A conta de bens móveis está composta conforme abaixo:

Capítulo 6. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Máquinas, aparelhos, equipamentos	48.179.291,31	48.019.121,25	0,33%	31%
Bens de Informática	31.944.068,01	30.595.134,67	4,41%	20%
Móveis e Utensílios	33.572.615,99	33.028.551,34	1,65%	21%
Material cultura, educacional	8.842.702,77	8.710.945,31	1,51%	6%
Veículos	15.416.290,32	14.471.954,76	6,53%	10%
Estoque Interno	180.038,06	41.780,34	330,92%	0%
Armamentos	1.692,72	1.692,72	0,00%	0%
Semoventes	175.640,43	175.640,43	0,00%	0%
Demais bens móveis	19.181.772,98	19.138.828,42	0,22%	12%
Depreciação	183.668,10	183.668,10	-	-
Redução ao valor recuperável	183.668,10	183.668,10	-	-
	157.126.776,39	153.816.313,04		100%

Fonte: SIAFI

Após análise horizontal, percebe-se uma aumento de 330,92% (trezentos e trinta vírgula noventa e dois por cento) em Estoque Interno e esse aumento é devido a nova forma de apropriação das notas fiscais pelo sistema Contratos.gov.br, onde o sistema não está parametrizado de forma a permitir a contabilização na conta do ativo imobilizado no momento da apropriação. O Ifal adota a contabilização na conta correta do imobilizado no momento da apropriação, devido o tombamento do bem adquirido ocorrer antes da apropriação da nota fiscal.

A depreciação apresentada no Balanço Patrimonial, refere-se a um bem transferido ao IFAL por outro órgão. O Ifal ainda não está efetuando a depreciação dos bens móveis, devido a não conclusão do inventário patrimonial.

Cabe mencionar que na composição de Demais bens móveis, constam os bens móveis que não foram localizados no inventário finalizado em 2023, na Reitoria, no valor total de R\$13.017.677,79 (treze milhões, dezessete mil, seiscentos e setenta e sete reais, e setenta e nove centavos).

Os valores apresentados no Balanço Patrimonial não refletem fidedignamente a

realidade, devido à falta de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens móveis, como também à inexistência de inventário patrimonial das unidades pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas, com exceção da Reitoria e campus Viçosa. Quanto a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, instituído por meio da Portaria n.º 232, de 2 de junho de 2023, alterada pela Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2023, a Diretoria de Suprimentos informou que o Ifal está com status de em implantação. Porém, a implantação está suspensa por decisão gerencial em razão de dificuldades oriundas de inconsistências e instabilidades do sistema relatadas por diversos órgãos que avançaram no procedimento, em especial, aqueles que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que tem ocasionado diversos transtornos nos controles patrimoniais dessas entidades.

Bens Imóveis

No Ifal, a gestão dos bens imóveis é efetuada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Os bens imóveis do Ifal estão representados, conforme abaixo.

	2025	2024	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	466.496.751,44	466.496.751,44	0,00%
Edifícios	5.321.430,96	5.321.430,96	0,00%
Imóveis de uso Educacional	166.551.260,92	166.551.260,92	0,00%
Complexos/ Fábricas / Usinas	294.624.059,56	294.624.059,56	0,00%
Bens Imóveis em andamento	31.911.105,04	28.834.852,00	10,67%
Instalações	5.924.874,55	5.565.861,15	6,45%
Depreciação	572.902,31	485.565,28	
	503.759.828,72	500.411.899,31	

Fonte: SIAFI

As obras em andamento estão dispostos abaixo:

Unidade	Obra	2025
Campus Maceió	Obra de construção do espaço multieventos	1.732.887,93
Campus Palmeira dos Índios	Construção do bloco de engenharia	158.098,60
Campus Palmeira dos Índios	Recuperação de cobertas	69.573,78
Campus Palmeira dos Índios	Reforma dos vestiários	84.741,25
Campus Satuba	Construção de ginásio poliesportivo	206.830,01
Reitoria	Obra de complementação do Edf Engenharia do campus Palmeira dos Índios	172.866,48
Reitoria	Obra de construção do campus Batalha	13.397.895,86
Reitoria	Obra de construção do campus Rio Largo	8.053.516,65
Reitoria	Obra de reforma e ampliação do campus Viçosa	5.749.939,07
Reitoria	Obra de complementação do campus Santana do Ipanema	1.806.458,62
Reitoria	Obra Espaço Multieventos - campus Maceió	478.296,79
		31.911.105,04

Fonte: SIAFI

6.5. Intangível

Os ativos intangíveis são os bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são

amortizados.

No Ifal o total de softwares com vida útil definida soma R\$ 414.276,52 (quatrocentos e quatorze mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), e com vida útil indefinida R\$ 854.208,55 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Destaca-se que o Ifal, ainda não está efetuando a amortização dos softwares com vida útil definida devido a limitações do sistema, conforme informado pela Coordenação de Patrimônio da Reitoria.

6.6. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Compreende as obrigações do Ifal junto aos fornecedores de materiais, bens e prestadores de serviços. Tendo sua composição por Unidade, conforme abaixo:

	2025	AV
Penedo	116.575,36	5,23%
Santana do Ipanema	-	0,00%
Piranhas	209.205,54	9,38%
Murici	133.940,29	6,00%
São Miguel dos Campos	54.888,56	2,46%
Arapiraca	37.095,79	1,66%
Maragogi	84.123,84	3,77%
Reitoria	676.985,46	30,35%
Marechal Deodoro	10.952,51	0,49%
Maceió	393.049,47	17,62%
Satuba	197.397,41	8,85%
Palmeira dos Índios	152.214,53	6,82%
Coruripe	10.768,41	0,48%
Viçosa	43.373,50	1,94%
Rio Largo	24.889,25	1,12%
Batalha	85.111,97	3,82%
	2.230.571,89	100%

Fonte: Siafi

Demonstra-se que as Unidades que possuem maiores valores pendentes de pagamento são Reitoria com 30,35% (trinta vírgula trinta e cinco por cento) e Maceió com 17,62% (dezessete vírgula sessenta e dois por cento).

Na Reitoria os fornecedores a pagar com os valores mais expressivos são:

	2025	AV
SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação - 13.406.686/0001-67	50.432,59	7,45%
Advanta Sistemas de Telecomunicações e Serviços - 03.232.670/0001-21	63.288,89	9,35%
Plana Edificações Ltda - 05.346.248/0001-22	430.184,77	63,54%
Demais fornecedores	133.079,21	19,66%
	676.985,46	100%

Fonte: SIAFI

O fornecedor com maior valor na Reitoria, trata da obra de contrução do campus Rio Largo.

E no campus Maceió:

	2025	AV
PFM Refeições Ltda 19.936.240/0001-85	135.574,27	34,49%
Suricate Serviços Terceirizados Ltda 17.310.444/0001-26	118.681,66	30,20%
Alerta Serviços Ltda 04.427.309/0001-13	66.121,24	16,82%
Demais fornecedores	72.672,30	18,49%
	393.049,47	100%

Fonte: SIAFI

O fornecedor com maior valor trata da aquisição de prestação de serviços de refeições (almoço e jantar) para os alunos do campus.

6.7 Demais Obrigações a Curto Prazo

As Demais obrigações a curto prazo, compreendem as obrigações da entidade com terceiros não inclusos nas contas anteriores do Passivo, tais como consignações, depósitos não judiciais, transferências financeiras a comprovar, entre outras. Sendo o

maior valor apresentado na conta de Transferências Financeiras a Comprovar no valor de R\$ 66.863.763,97 (sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

6.8 Ajuste de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, e são reconhecidos diretamente à conta do patrimônio líquido, sem registro nas contas de resultado (variações patrimoniais ativas e/ou variações patrimoniais diminutivas).

O valor apresentado no Balanço Patrimonial é de R\$ 220.117,37 (duzentos e vinte mil, cento e dezessete reais e trinta e sete centavos) o qual trata de despesas reconhecidas sem prévio empenho e que seu fato gerador ocorreu em exercícios anteriores.

6.9. Obrigações Contratuais

O Ifal possui um total de R\$ 134.156.325,58 (cento e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos) relacionados a obrigações contratuais, distribuídos conforme demonstrativo:

	2025	2024	AH
Aluguéis	928.054,51	1.256.910,09	-26%
Fornecimento de Bens	624.617,98	374.349,57	67%
Seguros	47.665,17	18.096,94	163%
Serviços	132.555.987,92	139.024.601,64	-5%
	134.156.325,58	140.673.958,24	

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta de aluguéis temos os contratos nas unidades de Santana do Ipanema, com saldo a executar de R\$ 163.671,31(cento e sessenta e três mil, seiscientos e setenta e um reais e trinta e um centavos), referente ao contrato de locação para funcionamento temporário da Unidade, firmado com a empresa Lemos e Damasceno Combustíveis Ltda, inscrito no CNPJ 08.529.008/0001-51, com vigência de 22/09/2019 a 22/09/2025.

E na Reitoria, com saldo a executar de R\$ 764.383,20 (setecentos e sessenta e quatro

mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos), referente a locação de galpão para funcionamento dos setores de Almoxarifado, Arquivo e Patrimônio, firmado com a pessoa física Almay Medeiros Bezerra, inscrito no CPF 349.074.834-49, com vigência de 01/03/2020 a 01/03/2030.

Quanto aos contratos de serviços, segue detalhamento por Unidade

	2025	AV
Penedo	2.761.516,92	2,08%
Santana do Ipanema	5.799.179,61	4,37%
Piranhas	4.734.059,88	3,57%
Murici	1.623.464,83	1,22%
São Miguel dos Campos	2.713.034,13	2,05%
Arapiraca	2.851.162,81	2,15%
Maragogi	2.950.405,87	2,23%
Reitoria	62.018.755,65	46,79%
Marechal Deodoro	2.694.573,22	2,03%
Maceió	21.735.510,69	16,40%
Satuba	8.719.189,64	6,58%
Palmeira dos Índios	5.715.542,65	4,31%
Coruripe	4.229.040,33	3,19%
Viçosa	792.500,92	0,60%
Rio Largo	594.268,30	0,45%
Batalha	2.623.782,47	1,98%
	132.555.987,92	100%

Fonte: Siafi

A Reitoria apresenta o maior percentual de contratos de serviços vigentes com 46,79% (quarenta e seis vírgula setenta e nove por cento) do valor total dos contratos de prestação de serviços, que compõe o valor total trata de dois contratos para construção dos *campi* Santana do Ipanema com saldo de R\$ 18.847.810,50 (dezoito milhões,

oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e dez reais e cinquenta centavos) e Rio Largo, com saldo de R\$ 13.772.210,84 (treze milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e dez reais e oitenta e quatro centavos).

7. Notas Explicativas da DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, conforme art. 104 da Lei 4.320/64, o qual passa a compor o Balanço Patrimonial do execício. A apuração do resultado patrimonial é a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

O resultado patrimonial do Ifal apurado no segundo trimestre de 2025 foi deficitário em R\$ 2.048.779,64(dois milhões, quarenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

	2025	2024	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	306.523.894,65	278.723.151,05	9,97%
Variações Patrimoniais Diminutivas	308.572.674,29	278.642.448,39	10,74%
-	2.048.779,64	80.702,66	

Fonte: SIAFI

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

No segundo trimestre de 2025 a VPA está é composta por:

Capítulo 7. Notas Explicativas da DVP

	2025	2024	AH	AV
Contribuições	-	101.477,42	100,00%	0%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	346.205,62	364.574,06	-5,04%	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	241.484,34	346.317,57	-30,27%	0%
Transferências e Delegações Recebidas	289.997.252,68	272.985.755,76	6,23%	95%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.755.839,32	4.641.280,21	217,93%	5%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.183.112,69	283.746,03	316,96%	0%
	306.523.894,65	278.723.151,05		100%

Fonte: SIAFI

Verifica-se um aumento de receita classificadas em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas de 316,96% (trezentos e dezesseis vírgula noventa e seis por cento) quando comparado ao mesmo período de 2024, devido a alienação dos veículos inservíveis ao Ifal.

Percebe-se um aumento na Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos de 217,93% (duzentos e dezessete vírgula noventa e três por cento) quando comparado ao mesmo período de 2024, esse aumento é decorrente principalmente da baixa contábil para finalização de Transferências Execução Descentralizadas – TEDs recebidos após aprovação das prestações de contas.

7.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas- VPD, são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. Tendo sua composição, como segue:

Capítulo 7. Notas Explicativas da DVP

	2025	2024	AH	AV
Pessoal e Encargos	229.282.324,91	199.000.511,47	15,22%	74%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.465.898,69	127.437,78	1050,29%	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.985.049,80	25.646.479,15	20,82%	10%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	50.619,40	29.601,69	71,00%	0%
Transferências e Delegações Concedidas	32.394.382,63	33.708.394,50	-3,90%	10%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.708.365,14	14.695.803,47	-40,74%	3%
Tributárias	57.242,35	62.148,65	-7,89%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.628.791,37	5.372.071,68	4,78%	2%
	308.572.674,29	278.642.448,39		100%

Fonte: SIAFI

A conta da VPD com maior acréscimo foi Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em que em sua composição o maior valor gasto foi com Assistência a Saúde dos servidores ativos no valor de R\$ 1.211.030,10 (um milhão, duzentos e onze mil, trinta reais e dez centavos).

8. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, previsto na Lei n.º 4.320/64, apresenta a informação orçamentária, efetuando a comparação entre os valores orçados e realizados decorrentes da execução do orçamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

A execução orçamentária do IFAL abrange, além da Reitoria com sede em Maceió, 16 campi com execução orçamentário e financeira descentralizada, sendo que o campus Benedito Bentes atua na plataforma SIAFI da Reitoria.

Importante destacar que a Lei Orçamentária Anual de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025) foi publicada em 10 de abril de 2025, fazendo com que as colunas da Previsão Inicial e Previsão Atualizada Receita não tenha valores no primeiro trimestre.

Quanto aos dados da Despesa, a coluna da Dotação consta os valores liberados pela SOF de acordo com os limites e a movimentação de empenhos estabelecidos pelo Decreto n.º 12.416, de 21 de março de 2025, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo Federal, até a publicação da LOA e do decreto de programação financeira.

Destaca-se que as colunas Previsão Inicial e Previsão Atualizada do Balanço Orçamentário, referente ao primeiro trimestre de 2025, constam com valores zerados, tendo em vista a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 ter sido sancionada em 10 de abril de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025). Para os próximos trimestres, as informações constarão nas respectivas colunas, conforme Mensagem da Setorial Contábil MEC 2025/3465989, de 25.04.2025.

8.1. Receitas

Por se tratar de órgão da administração pública federal indireta, a Previsão Atualizada da Receita contém apenas os valores correspondentes às receitas próprias do Ifal.

Verifica-se no Balanço Orçamentário, que o Ifal arrecadou na categoria econômica de Receitas Correntes, conforme abaixo:

	2025	2024	AH	AV
Receita Patrimonial	377.663,23	470.573,72	-19,74%	57%
Receita Agropecuária	18.054,00	19.972,50	-9,61%	3%
Receita de Serviços	141.131,43	215.075,71	-34,38%	21%
Outras Receitas Correntes	123.492,96	204.562,79	-39,63%	19%
	660.341,62	910.184,72		100%

Fonte: SIAFI

Percebe-se que a arrecadação foi deficitária quando comparado o segundo trimestre de 2025 a 2024. Porém apesar de não ter sido recebidos valores acima do realizado no exercício anterior, pode-se observar por meio da análise vertical que em 2025 o item de maior significância na receita realizada está em Receita Patrimonial, decorrente principalmente dos rendimentos recebidos da aplicação financeira na Conta Única, devido aos valores recebidos do Convênio com o Estado de Alagoas para construção dos *campi* Rio Largo, Batalha e Santana do Ipanema.

Na categoria econômica de Receitas de Capital o Ifal arrecadou o valor de R\$ 985.601,29 (novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e um reais e vinte e nove centavos) decorrente de alienação de bens móveis (veículos).

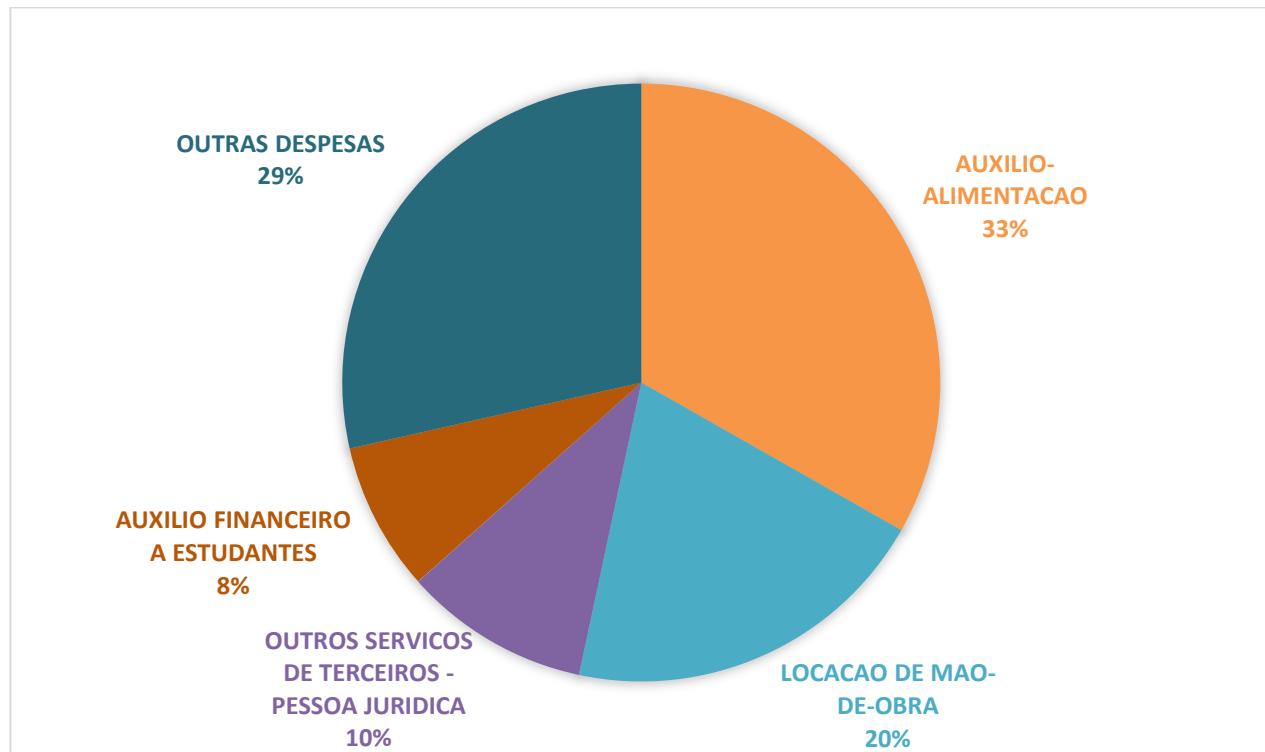
8.2. Despesas

Na execução das despesas orçamentárias, o Ifal empenhou 89% (oitenta e nove por cento) do valor total da dotação orçamentária atualizada.

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	AH
Despesas Correntes	543.188.336,00	500.576.807,02	
Pessoal e Encargos	432.143.184,00	432.139.348,73	100,00%
Outras Despesas Correntes	111.045.152,00	68.437.458,29	61,63%
Despesas de Capital	23.509.658,00	3.111.087,23	
Investimentos	23.509.658,00	3.111.087,23	13,23%
	566.697.994,00	503.687.894,25	

Fonte: SIAFI

Os valores empenhados em todo o Ifal classificado em Outras Despesas Correntes estão representados abaixo:



Capítulo 8. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Quanto a execução das despesas empenhadas no segundo trimestre, alcançou aproximadamente 50% (cinquenta por cento) de todo o valor empenhado.

	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	AH
Despesas Correntes	500.576.807,02	249.080.747,82	
Pessoal e Encargos	432.139.348,73	208.751.433,56	48,31%
Outras Despesas Correntes	68.437.458,29	40.329.314,26	58,93%
Despesas de Capital	3.111.087,23	754.696,07	
Investimentos	3.111.087,23	754.696,07	24,26%
	503.687.894,25	249.835.443,89	

Fonte: SIAFI

8.3. Execução de Restos a Pagar Não Processados

Restos a pagar não processadas são despesas legalmente empenhadas, mas que não foram liquidadas nem pagas até o final do exercício financeiro.

O IFAL iniciou o exercício de 2025 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no valor total de R\$ 43.419.518,17 (quarenta e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e dezoito reais e dezessete centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Inscritos em Exerc Anteriores	Inscrito em 31 de Dezembro do Exerc. Anterior
Despesas Correntes	4.501.620,24	16.736.968,28
Pessoal e Encargos	-	326.258,39
Outras Despesas Correntes	4.501.620,24	16.410.709,89
Despesas de Capital	1.765.456,44	20.415.473,21
Investimentos	1.765.456,44	20.415.473,21
	6.267.076,68	37.152.441,49

Fonte: SIAFI

Após análises, execuções e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, ocorridos até o segundo trimestre de 2025, temos o valor a liquidar de R\$ 24.489.629,49 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos), conforme descrito abaixo:

	Empenhos Inscritos e Reinscritos em RPNP a Liquidar	Cancelados	Pagos	Saldo a Liquidar
Despesas Correntes	21.238.588,52	401.071,57	12.104.399,49	8.733.117,46
Pessoal e Encargos	326.258,39	-	17.599,17	308.659,22
Outras Despesas Correntes	20.912.330,13	401.071,57	12.086.800,32	8.424.458,24
Despesas de Capital	22.180.929,65	22.725,81	6.401.691,81	15.756.512,03
Investimentos	22.180.929,65	22.725,81	6.401.691,81	15.756.512,03
	43.419.518,17	423.797,38	18.506.091,30	24.489.629,49

Fonte: SIAFI

Abaixo tem-se a execução dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, por Unidade do Ifal.

	RPNP INSCRITOS E REINSCRITOS	RPNP LIQUIDADOS/PAGOS	RPNP CANCELADOS	RPNP A LIQUIDAR
Campus Penedo	1.679.185,18	958.052,48	0,37	721.132,33
Campus Santana do Ipanema	1.062.841,55	853.675,77	370,47	208.795,31
Campus Piranhas	1.652.095,28	926.031,60	4.160,42	721.903,26
Campus Murici	1.060.953,77	705.313,20	185,32	355.455,25
Campus São Miguel dos Campos	484.080,38	336.965,36	-	147.115,02
Campus Arapiraca	1.477.082,26	515.216,92	9.910,00	951.955,34
Campus Maragogi	904.845,86	599.114,61	24.102,37	281.628,88
Campus Coruripe	855.546,17	554.187,65	202.961,04	98.397,48
Campus Viçosa	616.924,42	403.835,52	-	213.088,90
Campus Rio Largo	165.233,77	111.978,73	21.398,04	31.857,00
Campus Batalha	1.593.461,65	935.370,24	3.695,54	654.395,87
Reitoria	23.995.085,41	6.753.723,92	130.027,98	17.111.333,51
Campus Marechal Deodoro	714.256,56	539.612,57	-	174.643,99
Campus Maceió	3.885.908,83	2.576.018,34	26.070,18	1.283.820,31
Campus Satuba	1.610.374,40	1.122.417,23	915,65	487.041,52
Campus Palmeira dos Índios	1.661.642,68	1.006.146,90	-	655.495,78
Total	43.419.518,17	13.380.724,05	354.875,42	24.098.059,75

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se que as unidades do Ifal que mais executaram os empenhos inscritos em restos a pagar (Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos) foram Santana do Ipanema com 80% (oitenta por cento), Marechal Deodoro com 76% (setenta e seis por cento), Satuba e São Miguel dos Campos com 70% (setenta por cento) cada.

As unidades que menos executaram seus empenhos inscritos em restos a pagar foram Reitoria com 28% (vinte e oito por cento) e Arapiraca com 35% (trinta e cinco por cento).

8.2. Execução de Restos a Pagar Processados

Restos a pagar processados são despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício financeiro.

A execução dos empenhos inscritos em restos a pagar processados pelas unidades está

conforme abaixo:

	RP PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	RP PROCESSADOS PAGOS	RP PROCESSADOS CANCELADOS	RP PROCESSADOS A PAGAR
Campus Penedo	153.837,10	153.786,95		50,15
Campus Santana do Ipanema	141.944,75	141.944,75		-
Campus Piranhas	73.916,21	73.916,21		-
Campus Murici	127.905,44	126.911,00		994,44
Campus São Miguel dos Campos	81.740,54	77.272,69	3.473,41	994,44
Campus Arapiraca	91.109,44	91.109,44		-
Campus Maragogi	25.594,57	25.594,57		-
Campus Coruripe	106.963,34	41.448,07	62.314,49	3.200,78
Campus Viçosa	12.497,65	12.497,65		-
Campus Rio Largo	38.218,31	38.042,85	175,46	0,00
Campus Batalha	321.342,33	309.899,36		11.442,97
Reitoria	39.746.512,00	39.731.764,83	1.330,22	13.416,95
Campus Marechal Deodoro	80.101,08	76.579,97	3.520,11	1,00
Campus Maceió	494.890,90	493.886,20		1.004,70
Campus Satuba	173.996,90	173.996,90		-
Campus Palmeira dos Índios	124.608,43	122.538,21		2.070,22
Total	41.795.178,99	41.691.189,65	70.813,69	33.175,65

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que a Reitoria possui o maior valor de restos a pagar processados, decorrente principalmente da apropriação da folha de pagamento dos servidores ativos da competência de dezembro que somente é paga em janeiro do ano seguinte.